

## REPRESENTAÇÃO E CONHECIMENTO

O termo representação será examinado aqui unicamente no contexto da teoria do conhecimento. Na base desta teoria há uma *aporia* como podemos ter uma apreensão do mundo exterior que se mostre capaz de se confirmar a si mesma e que, por outro lado, se revele congruente com as formas de ação (com a reserva de certas distorções que podem de resto ser progressivamente corrigidas)? A idéia de representação fundada na dupla metáfora do teatro e a diplomacia, permite interpretar o fenômeno do conhecimento como constituição de uma sorte de dupla do objeto real. Mas ela suscita por sua vez novas aporias. A filosofia contemporânea é levada a questionar esta concepção do conhecimento como representação. Num certo sentido, esta concepção está (implicitamente) na base da ciência moderna. Mas, num outro sentido, as formas as mais evoluídas da ciência sugerem uma visão muito diferente, fundada na idéia de operação.

### O Conceito de Representação

O conceito de representação, tal como ele é utilizado na teoria do conhecimento, repousa numa dupla metáfora: a da representação teatral e a da representação diplomática. A primeira sugere a idéia do "colocar em presença" (*mise en présence*): a representação expõe ante o espectador, sob uma forma concreta, uma situação significativa, figuras evocadoras, encadeamentos de ações exemplares; e ela torna assim presentes o destino, a vida, a curso do mundo, naquilo que eles têm de visível, mas também em suas significações invisíveis. A segunda metáfora sugere a idéia de "vicariedade": a representação é esta sorte de transferência de atribuições em virtude da qual uma pessoa pode agir em nome e no lugar de uma outra, servir de lugar-tenente da pessoa que ela representa. Os dois sentidos são ligados: quando o destino se faz presente na tragédia não o é em pessoa, mas através dos gestos e das palavras que não fazem outra coisa senão dar uma aparência concreta. As situações imaginárias pelas: quais o espectador lê a ação do destino; e, simetricamente, a representação-vicariedade não é eficaz senão graças a presença real do representante, que deve aparecer em pessoa para cumprir sua missão. Tem-se, pois na representação como que uma superposição de dois tipos de presença: de um lado, a presença efetivamente direta de uma pessoa, de um objeto, de uma ação: e de outro, presença indireta, mediatizada pela primeira, de uma realidade que não pertence ao campo da apreensão direta. A primeira desaparece de alguma forma na segunda: ela não se exerce mais por si mesma, mas apenas de forma instrumental, ela empresta sua efetividade a uma outra presença, ela permite assim que a realidade representada entre na esfera de apreensão sem, no entanto deixar-se de permanecer, como tal, na distância que a retém fora desta esfera.

Compreende-se assim porque a nação de representação tenha sido invocada para dar conta do fenômeno do conhecimento. Conhecer uma coisa é, com efeito, assimilá-la, introjetá-la, fazê-la sua, e assim torná-la presente no sentido forte, no sentido de uma verdadeira "intussuscepção", deixando-lhe seu estatuto de realidade exterior, indiferente enquanto tal ao processo pelo qual ela torna-se objeto de conhecimento. Neste ato de conhecimento, um fragmento do mundo torna-se intimamente presente no sujeito humano, sem se deixar, no entanto de permanecer separado dele por uma distância que o conhecimento não pode abolir. O conhecimento aparece assim como uma sorte de

duplicação do mundo, na qual e pela qual o mundo se oferece à consciência. A maneira pela qual o destino trágico se produz para os espectadores, no espaço da cena, sob a forma de uma sucessão de gestos e palavras nos quais ele é representado. Mas a assimilação do conhecimento a uma representação não é ainda uma verdadeira explicação. Resta-nas perguntar qual é seu mecanismo.

### O problema do conhecimento

A questão se complica pelo fato de que o conhecimento não pode ser analisado segundo um modelo único. Existe uma forma de conhecimento que é ligada à presença física da coisa conhecida e a uma interação entre esta última e com o sistema nervoso (por intermédio dos órgãos dos sentidos): a percepção sensível. Mas é também possível representar um objeto que não está fisicamente presente, quer se trate de um objeto anteriormente percebido ou da evocação de um novo objeto construído a partir de fragmentos emprestados da realidade percebida. Temos a ver aqui com o conhecimento imaginário que pode ser produtor ou reproduzidor. Enfim, é possível conhecer um objeto não na sua realidade concreta, na sua integridade atual ou potencialmente apreensível, mas num de seus aspectos particulares, considerado em separado e enquanto ele é suscetível, como tal, de se encontrar realizado em outros objetos. Isto é próprio do conhecimento abstrato que apreende não objetos concretos mas formas isoláveis, considerados enquanto elas são atribuíveis a objetos concretos (por exemplo, a qualidade "branco", atribuível a uma folha de papel ou a uma flor) ou consideradas em si mesmas, como sortes de objetos ideais (por exemplo, a propriedade "brancura", que não se pode reenviar a um objeto concreto mas a qual podem-se atribuir propriedades de uma ordem de abstração superior, como na frase "a brancura é intolerante a toda mistura"). Assim, foram distinguidos tradicionalmente três níveis de conhecimento, atribuídos a três faculdades distintas: a sensibilidade, a imaginação e o intelecto. A questão do mecanismo da representação se especifica segundo estes níveis.

Distinguem-se classicamente, no ato de conhecimento dois pólos: o pólo sujeito e o pólo objeto. O pólo sujeito é a instância pela qual há uma representação: é a consciência, isto é a realidade humana enquanto ela é capaz de re-apreender a si mesma e de apreender a realidade na qual ela está imersa. O pólo objeto é o conteúdo apreendido pelo conhecimento: é a realidade (no homem ou fora dele) enquanto conhecida. O problema do conhecimento pode ser colocado assim: como um fragmento do real pode se constituir em objeto para um sujeito? Para que haja conhecimento, é necessário que haja a "mise en présence" (diante do sujeito), a interiorização da realidade conhecida, produção esta realidade no espaço da consciência é a representação no sentido da primeira metáfora. Mas, como o objeto real não pode se alojar (diretamente -ID) na esfera da vida subjetiva, é necessário que intervenha uma mediação que ele se torne presente por um intermediário: é a representação no sentido da segunda metáfora. No caso da percepção, far-se-á intervir, por exemplo, o efeito produzido pelo objeto real nas terminações nervosas, ou o efeito integrado em nível do sistema nervoso central, das excitações periféricas, ou ainda a imagem mental associada a este efeito central. Quanto á imaginação, far-se-á intervir a imagem, considerada como uma sorte de objeto psíquico carregado de um poder evocador. No caso do conhecimento abstrato, far-se-á intervir o conceito considerado como uma sorte de objeto inteligível inato ou produzido no espaço da consciência por um mecanismo apropriado de abstração. Mas será necessário explicar, cada vez e qualquer que seja a versão proposta no que concerne ao médium da representação, como este médium está carregado de um poder representativo, como ele pode se reenviar á coisa real visada em definitivo pelo ato de conhecimento. As diversas teorias do conhecimento que foram elaboradas no curso da história tentam resolver este problema. Elas podem ser reconduzidas a dois esquemas principais: o do realismo e o do idealismo.

## Realismo e Idealismo

A posição realista confere a prioridade ao ser. A realidade objetiva (isto é a realidade considerada independentemente de atos de conhecimento que incidem sobre ela), e ela concebe vivamente o conhecimento como um processo essencialmente receptivo: o sujeito não é senão uma capacidade da ser; afetado por uma ação vinda de fora. Sob sua forma mais radical, ela apresenta o conhecimento como um simples reflexo da realidade exterior. Nas suas formas mais nuançadas, ela admite a títulos diversos uma certa contribuição do sujeito na elaboração do conhecimento, mas sempre em dependência do objeto real.

O realismo pode ser direto ou indireto. Para o realismo direto, o conhecimento atinge "de cara" o objeto real: a representação, não é outra coisa senão um médium quo, uma pura mediação em virtude da qual o sujeito se reporta à realidade conhecida (Vale observar que certas formas de realismo direto eliminam a idéia de representação). Para o realismo indireto, o Conhecimento incide formalmente sobre a representação. E de resto, sob esta forma, que a compreensão do conhecimento como representação encontra sua expressão mais conseqüente. O problema do realismo direto é explicar como o conhecimento pode se reportar ao real sem que o processo da representação (entendido pelo menos no sentido da primeira metáfora), que torna possível esta relação, não introduza distorções. O problema do realismo indireto é explicar como o sujeito cognoscente pode estar seguro da correspondência entre sua representação e a realidade como tal.

A posição idealista confere a prioridade ao sujeito, e mais precisamente ao sujeito enquanto pensamento. Sob sua forma mais radical, ela faz do ser, do real, o produto do pensamento; trata-se no caso não do pensamento individual, mas de um pensamento absoluto, do qual os sujeitos individuais não participam senão enquanto atividade pensante. O conhecimento não é aqui nada mais que a tomada de consciência da atividade produtora do pensamento que se exerce nele. Nas suas formas mais nuançadas, o idealismo concede ao real uma existência independente do pensamento, mas vê no conhecimento o resultado de uma elaboração na qual o sujeito tem a primazia.

A forma mais célebre deste gênero de idealismo é o "idealismo transcendental" de Kant que concebe o objeto do conhecimento como o encontro de um elemento formal e de um elemento material. O elemento formal é fornecido pela subjetividade; ele é constituído por uma estrutura de "formas a priori" que se distribuem nos três níveis de entendimento (conceitos puros ou categorias), da imaginação (esquemas transcendentais) e da sensibilidade (formas a priori do espaço e do tempo). O elemento material é constituído pelas impressões feitas sobre a sensibilidade pelo mundo exterior. O conhecimento não incide sobre as coisas mesmas, as "coisas em si", mas somente sobre nossas representações. Estas resultam, como acabamos de indicá-lo, a subsunção dos dados da sensibilidade (externa) às formas da subjetividade.

## A Fenomenologia

A fenomenologia se esforçou em superar a oposição do realismo e de idealismo propondo uma interpretação do conhecimento que elimina a idéia de representação. O conceito central da fenomenologia é o de intencionalidade. A consciência não é nem a pura presença de si a si capaz de se dar por acréscimo uma representação do mundo (por exemplo, graças às idéias inatas), nem uma potência formal de síntese capaz de reenviar à unidade do "eu penso" à multiplicidade indefinida das impressões sensíveis, nem uma simples capacidade receptiva reagindo passivamente às ações vindas do exterior, nem em sentido inverso uma instância produtora de seus próprios objetos; é uma espécie de foco de luz que, dirigindo sua própria luminosidade sobre o mundo, permite a este último se mostrar, se constituir como fenômeno, isto é, como aparição-manifestação (na e pela

consciência), de se revelar na sua visibilidade (que de resto lhe é co-natural e não lhe é conferida do exterior pela ação da consciência). A relação da consciência aos fenômenos é descrita como relação intencional: é um ato a um tempo ativo e passivo, pelo qual a consciência sai de si mesma para estar junto às coisas e deixar estas últimas se produzirem no espaço de aparição que ela assim lhes concede (pelo simples fato de se voltar para elas). A consciência não é uma coisa entre as coisas, uma substância que sustentaria (no sentido de suporte – ID) as relações diversas com outras substâncias; ela não é outra coisa senão uma abertura, um espaço vazio no meio das coisas que permite a estas últimas se revelarem, ela é um foco de intencionalidades, uma vida intencional.

Existem tantos modos de intencionalidade quanto o são as formas da vida consciente. A consciência é em si mesma apenas uma certa forma de intencionalidade; e ela comporta ademais diferentes modalidades. Para a fenomenologia, a forma mais típica do conhecimento, que serve de resto de fundamento para todas as outras, é a percepção. No ato da percepção, é a coisa mesma que está presente, em toda sua atualidade e em todas suas potencialidades. Sem dúvida ela é apreendida somente em seus “perfis”; mas, em cada um dos perfis, é a coisa mesma em toda sua inteireza que se anuncia. A percepção não é um processo de representação, mas de presentificação. É a partir deste processo fundamental que se pode compreender as formas não-perceptivas do conhecimento, como a imaginação e o conhecimento conceptual. Uma dificuldade particular se apresenta, entretanto no que tange a esta última forma de conhecimento. Pode-se sustentar que ela se enraíza em definitivo na percepção, mas é preciso admitir que o conceito, enquanto tal, está separado de suas origens; que ele tem então possibilidades próprias de articulação, de transformação, de engendramento, enfim uma vida autônoma da qual é preciso dar conta.

Esta autonomia do conceito aparece de uma maneira mais evidente na teoria científica, que é um edifício conceptual, ligado certamente (de uma forma de resto muito complexa) à prática experimental, mas dotado de um poder próprio de desenvolvimento e de esclarecimento (Este poder se manifesta, por exemplo, na capacidade explicativa e preditiva da teoria). As tentativas que foram feitas (por exemplo, pelo neo-positivismo) para “reduzir” a significação dos termos teóricos à dos termos puramente observacionais parecem completamente inadequadas. É a teoria em seu conjunto, enquanto estrutura conceptual integrada, que está em relação com a experiência. Esta última, por outro lado, é um procedimento no qual intervém a percepção, mas que comporta também diferentes formas de ação e de interpretação de natureza teórica. Parece então que não se pode dar conta corretamente do conhecimento teórico (por conceitos) à base de uma doutrina da percepção. Poder-se-ia, por conseguinte perguntar se o tema da representação, que a fenomenologia tenta eliminar em nível da percepção, não se impõe em nível do conhecimento intelectual. Uma teoria não é em sua essência uma representação que apreende a realidade apenas de uma forma indireta, e ademais sempre conjectural?

### Problematização da Idéia de Representação

Seria necessário evocar aqui a problemática heideggeriana da des-construção da metafísica, que contém um questionamento radical da idéia da representação (Cumprir observar desde logo que este questionamento engloba a tentativa fenomenológica, interpretada como oriunda ainda de uma “metafísica da subjetividade”). Esta problemática deve ser compreendida à luz da tese especulativa da diferença ontológica, isto é, da diferença do ser (*sein*) e do ente (*seiende*). A metafísica é, para Heidegger, a empresa histórica (característica da filosofia ocidental desde Platão e Aristóteles) que tem por tarefa a determinação do ser do ente. Ligando-se à questão da natureza ontológica do ente, a metafísica é levada a interpretar o ser a partir do ente e, assim, a esquecer a diferença ontológica e o verdadeiro sentido do ser (que deve ser pensado precisamente na sua diferença). Um pensamento preocupado de reencontrar a questão do ser deve se esforçar em superar a metafísica. Entretanto, ultrapassar verdadeiramente a metafísica não é simplesmente rasurá-la, mais antes de tudo des-construí-la, ou seja, reconstituir suas diferentes peripécias, mostrar como se elaboram historicamente as diferentes compreensões do ente, re-traçar a filiação dos conceitos ontológicos

fundamentais, e assim descobrir suas possibilidades e seus limites. É somente à luz destes limites que a superação poderá se produzir.

Nesta perspectiva, a representação é interpretada como um tema metafísico. Mais exatamente, ela constitui o modo segundo o qual se determinou o ser do ente na metafísica moderna, isto é na forma que tomou a metafísica na filosofia de Descartes e que determinou ser desenvolvimento em todo o período pós-cartesiano. A metafísica cartesiana é uma metafísica da subjetividade: ela caracteriza o ente como objetividade, ou seja, como “ser dado a um sujeito”. O ser do ente está assim fundado na subjetividade, que por sua vez se dá a si mesma na evidência do cogito. A objetivação do ente faz deste último uma representação (*ein vor-stellen*). Correlativamente, a essência da verdade é concebida como certeza da representação. A “idéia” no sentido cartesiano é precisamente um puro objeto de representação; o conhecimento é relação com a idéia, isto é, desenvolvimento da representação. Ele consiste, diz Heidegger em Holzwege, em “colocar qualquer coisa diante de si a partir de si e a estabelecer o que é colocado assim, enquanto tal, como certo”.

Segundo a interpretação que acabamos de assinalar, a ciência moderna está fundada em pressuposições ontológicas que são precisamente as da metafísica da subjetividade. Ela é constituída essencialmente pela representação. Pode-se perguntar, no entanto se, em seus desenvolvimentos mais teóricos, a ciência moderna não está lidando, de uma maneira talvez ainda implícita, com um modo de conhecimento de natureza diferente. Talvez haja na ciência contemporânea indicações que permitam mostrar em qual sentido pode se efetuar, no plano especulativo, a superação da metafísica. Se a teoria é verdadeiramente autônoma, como foi observado mais acima, ela não constitui, mesmo em estado virtual, uma imagem representativa da realidade. Ela apreende as estruturas constitutivas do mundo não mostrando, mas operando. A formalização trabalha neste sentido: é efetuando uma operação, e não a descrevendo, que o formalismo a faz compreender. Dever-se-ia pensar na metáfora da ressonância ao invés na da representação: a correspondência entre o organon conceptual da teoria e o real não é da ordem daquela que liga um quadro ao que ele pinta, mas daquela que liga dois dispositivos oscilatórios eventualmente muito diferentes, mas cujo período de vibração é o mesmo.

Resta-nos todavia perguntar se o modo de conhecimento que se elabora nas formas mais avançadas da ciência pode verdadeiramente ser considerado como o anúncio de uma superação da metafísica ou se ele é o signo de uma nova figura da metafísica, em vias de constituição.

\* LADRIÈRE, Jean – Encyclopaedia Universalis – vol.14.

\* DOMINGUES, Ivan. Apostila da disciplina Teoria do Conhecimento ministrada na FAFICH (UFMG) no ano de 2004.